

PÓS-GRADUAÇÃO, SISTEMA QUALIS E FUTEBOL

Paulo Capel Narvai

Professor Titular da Faculdade de Saúde Pública da USP.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública



É a contribuição para a compreensão e enfrentamento dos problemas nacionais a orientação estratégica, crucial, que se deveria identificar nos programas de pós-graduação (PPG) e que deveria ser o referencial para se empreender cada avaliação. Mas, ao contrário, parece que se consolidou uma concepção da avaliação dos PPG cujo “norte avaliativo” é, em nome da “internacionalização da ciência brasileira”, uma exagerada preocupação em aproximar a produção dos programas com o que se produz internacionalmente. O “norte avaliativo” se transformou, assim, em “norte” literal: o hemisfério norte...

Ainda que na contemporaneidade a produção científica se faça também em centros de investigação externos à Universidade, esse volume é pequeno no contexto brasileiro. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dois em cada três doutores brasileiros estão na Universidade. Apenas 2% estão na indústria e 18% em órgãos públicos. Em decorrência é na universidade, mais especificamente na universidade pública, que se concentra a maior parte da pesquisa científica brasileira. O trio paulista, composto por USP, Unesp e Unicamp responde por praticamente a metade do que se publica no Brasil e no exterior; e por aproximadamente um terço dos doutores formados

anualmente no país. Esse patamar da presença da universidade pública paulista vem se mantendo nas últimas quatro décadas, com destacada participação da USP.

No centro desse processo de produção de conhecimentos estão os programas de pós-graduação (PPG) das universidades públicas paulistas. Muitos desses programas foram criados pioneiramente já em 1970, por ocasião da implantação da pós-graduação (PG) *stricto sensu* com as características atuais, no contexto e desdobramento da reforma universitária do final dos anos 1960. Na segunda metade do século passado o Brasil montou e consolidou um notável sistema de pós-graduação, tido como o maior do hemisfério Sul, com relevantes serviços prestados ao avanço científico-tecnológico

e ao desenvolvimento do país. Não obstante, constatavam-se problemas e distorções e, gradativamente, a Capes foi consolidando seu papel na definição dos padrões e dos rumos da PG em todo o país, dando início, em 1976, ao processo de avaliação sistemática dos PPG.

Apesar da bem-sucedida política brasileira de PG, certos indicadores mostravam que alguns efeitos não eram os esperados, sendo o baixo número de publicações por doutores (vinculados ou não aos PPG) o de maior visibilidade e mais criticado. Com efeito, o número médio dessas publicações, por ano, havia diminuído de aproximadamente 3, nos anos 1980, para menos de 1 nos anos 1990. A ampliação do número de doutores vinha acompanhada de expressiva queda na produtividade

desse pesquisadores, aferida pelo número médio de artigos publicados por ano. Ampliaram-se, então, as exigências aos PPG e se desenvolveram diferentes instrumentos quantitativos, notadamente após a criação do sistema Qualis, em 1998, concebido como parte do projeto de informatização da Capes. A disseminação de recursos informacionais, também nas instituições universitárias, possibilitou detalhar as avaliações e operar com conjuntos de indicadores compatíveis com o emprego dessas tecnologias.

Com o sistema Qualis foi se consolidando, porém, uma tendência de não ver o processo de avaliação dos programas como um recurso para melhorar a qualidade de cada PPG, identificando seus problemas e reorientando-o segundo seus objetivos que, admite-se, devem contribuir para fazer avançar o conhecimento científico em geral e, também, ajudar a resolver os problemas do país e da região em que cada PPG é desenvolvido. Em última instância, é essa contribuição para a compreensão e enfrentamento dos problemas nacionais a orientação estratégica, crucial, que se deveria identificar nos programas e que deveria operar como referencial para se empreender cada avaliação. São muito graves e urgentes os problemas e iniquidades do Brasil, nas várias áreas de conhecimento, e em todas as macrorregiões, para que a PG brasileira possa se dar ao luxo de operar de outro modo. Mas, ao contrário, difundiu-se, e parece que se consolidou, uma concepção da avaliação dos PPG cujo “norte avaliativo” é, em nome da “internacionalização da

ciência brasileira”, uma exagerada preocupação em aproximar a produção dos programas com o que se produz internacionalmente. O “norte avaliativo” se transformou, assim, em “norte” literal (quer dizer, o hemisfério norte, como referência do que se deve fazer no sul...).

Assumindo como “referência adequada” para avaliar qualquer PPG, em qualquer área, e em qualquer local do país, não a contribuição de programas concretos à solução de problemas nacionais, mas um abstrato “alto nível científico”, deduzido de indicadores como fator de impacto e índice “h” dentre outros, os processos avaliativos empreendidos pela Capes têm dirigido sua atenção à mera classificação dos PPG. O mais preocupante, contudo, é que além desse referencial abstrato, que desconhece a historicidade inerente a cada PPG, predomina uma orientação geral focada no ranqueamento dos programas, com vistas a fixar periodicamente, em cada área, quem é o primeiro, o segundo, o terceiro... o último. As alterações no Qualis Periódicos têm essa única e exclusiva finalidade: discriminar melhor. Em consequência, a avaliação, entendida sobretudo como autoavaliação para corrigir rumos em cada PPG, se perdeu no vendaval do “*publicar ou perecer!*”, com todo mundo, o tempo todo, de olho no sistema Qualis, quase sacralizado em nome da produtividade, nos processos avaliativos.

As consequências são amplamente conhecidas: assola-nos uma espécie de *furor publicandi*, também traduzida como “indústria de *papers*”, que tem gerado uma profusão

de publicações decorrente da lógica perversa de que “o que importa é publicar” — e, de preferência, em periódicos bem qualificados, publicados fora do país, e citando o menor número possível de trabalhos brasileiros — pois, supostamente, seriam de qualidade inferior, conforme alguns deduzem do fato de que os índices de citação de trabalhos brasileiros são desproporcionais à posição do país nos indicadores de publicação. Tal produção é movida pelo “princípio” de que o que é de “interesse global” é legitimado internacionalmente e, portanto, deve ser reconhecido e valorizado. O que for de interesse local, regional, nacional nada valeria, não importando, desde esse ponto de vista. Citar autores brasileiros, nem pensar.

É inequívoca a sinalização de rumos. Por outro lado fala-se, aqui e ali, em extinção de várias revistas científicas brasileiras, dado o grau de sua desvalorização no Qualis Periódicos. Há menção à possibilidade de, em certas áreas, haver uma debandada geral de autores para publicações fora do Brasil.

Sim, é meio estúpido isto. Mas é o que, tristemente, se está fazendo. Em larga escala, haja vista o comprovado aumento do número de publicações originárias do Brasil.

O que deveria ser visto como um avanço, uma conquista do sistema brasileiro de PG, ou seja, a sua capacidade de se auto-avaliar periodicamente, foi se transformando, de modo terrível em certas situações, numa deformação dos processos avaliativos. Em alguns casos, perdeu-se completamente a referência da razão de ser da avaliação pela im-

posição acrítica, e sem perspectiva histórica, do binômio eficiência-internacionalização que se generalizou do Oiapoque ao Chuí. “Eficiência”, cabe esclarecer, medida por número de publicações, e “internacionalização” entendida como “publicar fora do país”. Não se trataria, portanto, de aplicar a clássica recomendação de Leon Tolstoi sobre o universalismo (“*Se queres ser universal, canta tua aldeia*”), tropicalisticamente digerida por Mário Quintana e regurgitada como “*Canta o teu quintal, que encantarás o mundo*”. Nada disso. O que se valoriza nada tem a ver com a aldeia de Tolstoi nem com o quintal de Quintana. Trata-se de uma espécie de internacionalização colonial que, em muitas situações, a pretexto de igualar desiguais, acaba por aprofundar desigualdades.

Decorre que, nas avaliações dos PPG, o tratamento igual dado a desiguais, sem qualquer tipo de ponderação, tem gerado, além de injustiças, aprofundamento de desigualdades macrorregionais, ampliação das assimetrias entre universidades — que vão muito além das razoáveis e mesmo inevitáveis diferenças entre instituições — e, por que não dizer, infanticídio de programas.

Embora se anuncie frequentemente que tudo (quer dizer, os critérios avaliativos) é decidido por pares e que a Capes, no que diz respeito ao sistema Qualis, apenas implementa o que se decide a partir das coordenações dos PPG e dos representantes de áreas, é negá-

vel o desconforto de vastos contingentes de orientadores em todos os cantos, estejam vinculados a PPG tradicionais, consolidados, ou a programas novos ou em fase de consolidação. A ansiedade é geral. O tom predominante é de punição. Há dificuldades por parte de muitos desses doutores, é preciso reconhecer, para expressar sua insatisfação e desconforto, por meio de argumentos convincentes. Mas isso não altera em nada esse sentimento, que só quem não quer ver não percebe. O bordão “a Capes não

ce ninguém, pois é um discurso que, na prática, se revela vazio.

O temor ao “rebaixamento” torna todos conservadores, zelosos em manter e se possível melhorar “a nota” do PPG que dirigem. Não estão mais preocupados com que seu PPG produza os conhecimentos que o país precisa para “compreender e enfrentar seus problemas”, não estão mais preocupados em serem socialmente úteis, em contribuir para impulsionar o desenvolvimento loco-regional, em formar bons mestres e doutores, estão preocupados... “com a nota”. A “teoria do

bagaço da laranja” faz sucesso nesse contexto. Orientadores que não estejam “dando caldo”, ou seja, publicando (muitos) *papers*, acabam virando um peso e, tal qual o bagaço da laranja, são simplesmente descartados. Sua produção destoa do que se almeja, do que é “bom para o programa” (ou seja, para a nota

do programa). Com isso, ao invés de incluírem e valorizarem aqueles docentes cujo ritmo ou área de produção não “siga o figurino”, os programas passam a excluí-los sistematicamente — e se empobrecem. Formam menos mestres e doutores e operam com um número mínimo de orientadores. Mas isso lhes garante “boas notas”, “prestígio”, vantagens frente à política de ciência, tecnologia e inovação — e é isso que muitos buscam. Alguns, tristemente, miseravelmente, buscam apenas isto; felizmente, não se trata de uma prática unânime. Há reações.

***Nas avaliações dos
PPG, o tratamento igual
dado a desiguais, sem qualquer tipo
de ponderação, tem gerado aprofundamento
de desigualdades, ampliação das assimetrias
entre universidades e infanticídio
de programas***

avalia docentes, avalia programas”, repetido à exaustão, não tranquiliza ninguém, pois a imensa maioria dos coordenadores dos programas toma decisões sobre credenciamento de orientadores com base, essencialmente, na quantidade de publicações recentes, uma vez que isso impacta a produtividade do PPG. O mantra de que a avaliação dos PPG considera um conjunto de indicadores e que o Qualis Periódicos é apenas um desses indicadores, relativo à produção intelectual, não conven-

Constitui inegável avanço o esforço que se vem fazendo para desenvolver e melhorar a qualidade da avaliação da PG brasileira. Deve-se reconhecer a importância disso. Poucos países o fazem. Menos ainda com a transparência e o grau de participação que temos no Brasil. Críticas a certas distorções não devem ser vistas como recusa à avaliação, nem como resistência a exigências elementares de produção intelectual. Muito menos como volta ao passado, em que alguns se julgavam inalcançáveis por processos avaliativos. É preciso, ao contrário, avançar e aprofundar os processos avaliativos da nossa PG. No estágio em que nos encontramos há, porém, aspectos que preocupam. Cabe assinalar, pelo óbvio significado que tem assumido nesses processos, a quantidade de artigos exigidos aos orientadores e o modo como esses artigos (e seus equivalentes para esse fim, como livros e capítulos de livros, cujo valor deve ser aferido pelo Qualis-Livros, que se vem desenvolvendo nos últimos anos) são classificados no sistema Qualis, e o que isso significa na avaliação dos PPG.

A avaliação como ranqueamento de programas, tendo como base o sistema Qualis (Periódicos, Livros e, mais recentemente, Eventos), tem levado ao surgimento de comentários irônicos sobre isso que alguns identificam como a “futebolização” da nossa pós-graduação. (Na cultura do futebol brasileiro

o que importa sempre é ser campeão. Diz-se que o vice-campeão é apenas o primeiro dos últimos. O segundo lugar em qualquer classificação equivale, culturalmente, ao último posto, ainda que não seja bem assim. As categorias em que se distribuem os clubes foram denominadas séries “A”, “B”, “C” etc., justamente para evitar a “humilhação” da “segunda divisão”, da “terceira divisão”...) Argumenta-se que até no plano simbólico detectam-se sinais da futebolização da PG: o que dizer de sistemas de

***O novo Regimento
da PG segue conservador, reproduz
erros conceituais e mantém equívocos.
Perdeu-se uma excelente oportunidade de
promover, na universidade, um amplo e
democrático debate sobre os rumos da PG
no país e na USP***

classificação de revistas científicas que se valem de categorias como “A” e “B”? O que o leitor pensa de algo (qualquer coisa) classificado como “B”? Não se sabe a origem dos novos códigos (A1 e A2, B1 a B5 e C) adotados para a classificação dos periódicos. Poderia ser, simplesmente, 1 a 8, sendo 8 a melhor pontuação e 1 a pior. Revistas 6 ou 7 seriam, tão-somente, revistas 6 ou 7. Simples assim. Isto é muito diferente de revistas A2 e B1, certo? Aqui, uma revista B1

já parece, de saída, menos importante, não? Mas o sistema Qualis parece insensível aos complexos processos do mundo simbólico. Ou então pode ser que, bem ao contrário, justamente por valorizar o plano simbólico, trate-se mesmo do império da mentalidade punitiva aplicada à classificação dos periódicos e à avaliação da pós-graduação. E tome A, e tome B e tome C! E “C”, aliás, nada vale, contrariando o princípio de valorizar tudo e trabalhar com pontos A1 equivalentes. Não sem razão, à boca pequena diz-se que “C” vem de “cemitério”... Você “mata” um artigo e o “sepulta” num periódico “C”.

Em meio à futebolização da PG a USP aprovou, recentemente, um novo Regimento de Pós-Graduação (RPG) em que a principal novidade é a instituição da Comissão Coordenadora de Programa (CCP). Não obstante esse avanço, o novo RPG segue conservador, reproduz erros conceituais importantes e mantém equívocos. Entre outras esquisitices, há a inacreditável confusão dos conceitos de “curso” e “programa”; curiosidades lógicas como a inusitada situação de alguém poder ser, simultaneamente, aluno de graduação e de pós-graduação; e termos bizarros como “doença grave”, que ninguém sabe explicar o que é. A PG na USP segue regida por um regimento, por regulamentos e por... normas. Cada PPG tem suas normas. Regimentos e regulamentos,

em geral, contêm normas e bastam para reger as organizações. Pois a PG da USP precisa também, além de regimento e regulamentos, de... normas. Entendeu, leitor? Pois é.

Enfim, perdeu-se uma excelente oportunidade de promover, na universidade, um amplo e democrático debate sobre os rumos da PG no país e na USP. Ao contrário, o que se viu foi um monólogo da Pró-Reitoria com as unidades, via comissões de pós-graduação (CPG). Houve um encontro dos coordenadores de PPG e funcionários das CPG com o Pró-Reitor e seus assessores, ocasião em que se distribuíram instruções sobre como proceder para adaptar ao novo RPG os regulamentos e normas dos programas. Foi um encontro imperial, inclusive com interrupções intempestivas de falas de coordenadores de PPG. O processo, em seu conjunto, foi negativamente pedagógico. Educação pelo exemplo: como não conduzir processos dessa natureza.

A enorme riqueza acumulada nos diferentes programas da USP, decorrente do desenvolvimento de várias tecnologias de gestão, foi olímpicamente ignorada no processo que levou ao novo RPG. Se realizados oportunamente, alguns seminários e oficinas poderiam ter aportado elementos importantes para conferir ao novo RPG uma dimensão que, infelizmente, ele não ganhou. Restou empobrecido. A USP poderia, com seu novo RPG, ter feito a Capes avançar, mas essa oportunidade foi perdida, e ele corresponde apenas a um ajuste da USP às normas da Capes. Até os erros, como os cursos interinsti-

tucionais e os mestrados profissionais, são tentativas de adaptação a regulamentações confusas.

Os cursos interinstitucionais, por exemplo, deveriam ser considerados cursos com turmas específicas, fechadas, de algum PPG consolidado na USP. Mas se decidiu em sentido contrário: cursos interinstitucionais não são vinculados a programas em desenvolvimento na USP mas se constituem em programas isolados, em programas novos. Donde se conclui que, findo o curso, fecha-se o programa. Esta é, sem dúvida, uma interpretação inusitada do conceito de programa. O imbroglío normativo relacionado a esses cursos atingiu também os mestrados profissionais (MP), igualmente definidos como programas.

Paradoxalmente, enquanto a Portaria Normativa nº 7, de 22/6/09, do Ministério da Educação, “abre as portas” para viabilizar cursos de mestrado profissional em qualquer instituição de ensino superior, mesmo que não tenha curso de doutorado, nem mestrado acadêmico, na área em que oferece o MP, o novo regimento de pós-graduação praticamente inviabiliza esses cursos na USP, tornando sua gestão acadêmica mais burocratizada que a do mestrado acadêmico. Essas dificuldades para que a USP (e de modo geral a universidade pública) possa oferecer cursos de MP deixam felicíssimo o setor privado e os empresários da educação, inclusive os estrangeiros, de olho na PG brasileira. A regulamentação contida na Portaria 7/09 viabiliza que a universidade privada ofereça pós-graduação *stricto*

sensu sem que a ela se apliquem, necessariamente, os requisitos feitos aos mestrados acadêmicos e doutorados, quanto à produção intelectual do corpo docente e discente. Sem debater institucionalmente o assunto, e portanto sem ter o que propor à Capes, vindo das coordenações dos seus PPG, a USP praticamente assistiu ao desenrolar do processo que levou à edição da Portaria 7/09.

Faz todo sentido, portanto, indagar que papel a USP vem desempenhando nesse processo. Num momento em que se generalizam preocupações com os rumos da PG, com as características que os processos avaliativos vêm assumindo, e em que surgem importantes questionamentos nos fóruns abertos ao debate desses problemas, a USP não vem tendo o protagonismo político dela esperado. Uma instituição com o destacado desempenho acadêmico que a USP tem apresentado nas últimas décadas não pode ficar indiferente, ou se resignar a um papel coadjuvante. Por suas responsabilidades, simplesmente não tem esse direito. Responsabilidades que, por certo, também são da Unicamp e da Unesp.

Também na PG é urgente que a USP reencontre o ideário dos seus fundadores, tanto de alguns dirigentes quanto, sobretudo, de seus primeiros docentes, brasileiros e estrangeiros, que ousaram sonhar nossa independência científica e cultural e acreditaram na possibilidade de criar no Brasil um pólo autônomo de produção e difusão de ciência e tecnologia, a serviço do desenvolvimento do país.